

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 304, DE 2003

Revoga dispositivo do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para extinguir a punibilidade do agente pelo casamento da vítima com terceiro, nos Crimes contra os Costumes.

Autor: Deputada Iara Bernardi

Relator: Deputada Edna Macedo

I - RELATÓRIO

O objeto do projeto de lei em epígrafe é a revogação do inciso VIII do art. 107 do Código Penal, em virtude do qual se extingue a punibilidade do agente pelo casamento da vítima com terceiro, nos crimes contra os costumes, quando cometidos sem violência real ou grave ameaça, desde que a ofendida não requeira o prosseguimento do inquérito policial ou da ação penal no prazo de sessenta dias, contados da celebração.

Em sua justificação, enfatiza a ilustre Autora que, de um lado, há de prevalecer o interesse de toda a sociedade em ver devidamente processado criminalmente o agressor; de outro, a ofendida deve se mostrar suficientemente madura para não ver abalado seu relacionamento com terceira pessoa, pelo fato de se ver intimada para acompanhar o inquérito policial ou a ação penal.

Trata-se de apreciação final do plenário da Câmara dos Deputados.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição atende ao pressuposto de constitucionalidade, sendo competência da União e atribuição do Congresso Nacional legislar sobre Direito Penal, legítima a iniciativa e adequada a elaboração de lei ordinária. O pressuposto de juridicidade, igualmente, se acha preenchido, não sendo afetados princípios do ordenamento jurídico pátrio. A técnica legislativa é adequada.

No mérito, não creio que a proposição deva prosperar.

Conforme lembra a própria justificativa do projeto de lei, o objetivo do dispositivo em tela é preservar a tranquilidade conjugal e familiar da ofendida, evitando que o prosseguimento do inquérito policial ou da ação penal mantenha em evidência o trauma causado pelo fato de a mesma ter sido vítima de crime contra os costumes, mesmo quando cometido este sem violência real ou grave ameaça.

Em que pesem as nobres intenções da proposição, tenho para mim que é mais adequada a permanência do inciso VIII do art. 107 do diploma repressor, como uma das causas de extinção da punibilidade, por entender que a maioria das mulheres brasileiras seria prejudicada com sua revogação.

Com efeito, o que se assiste é o seu constrangimento com o fato de serem vítimas dos crimes em questão, preferindo, assim, o seu esquecimento.

Portanto, é mais aconselhável a manutenção do dispositivo, mesmo porque, pela sistemática que ele encerra, a vítima tem o prazo de sessenta dias, a partir de seu casamento, para tomar uma posição, sendo certo que seu silêncio implica a vontade de apagar dos registros de sua nova vida o lamentável ocorrido.

Dessa maneira, voto pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela REJEIÇÃO do PL 304, de 2003.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputada Edna Macedo
Relatora

305226.020